



## UNIVERSIDADE E AÇÃO EXTENSIONISTA EM PROL DE PRÁTICAS RESSOCIALIZADORAS: INTERVENÇÕES DA PSICOLOGIA NO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS EM MEIO ABERTO

Débora Rickli FIUZA<sup>1</sup>  
Fernanda Soares PEREIRA<sup>2</sup>  
Jéssica Aparecida dos Santos BERARDI<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar as atividades da equipe de Psicologia no "Programa de Execução das alternativas Penais do Município de Pitanga - PR (PATRONATO)" da Universidade Estadual do Centro-Oeste e destacar a relevância de projetos e ações extensionistas que tratem da parcela populacional marginalizada pelo sistema social e econômico, tendo em vista que a Universidade possui condições financeiras e teóricas para isto, e deve se consolidar a partir de uma práxis que vise além da disseminação do conhecimento científico, uma prática comprometida com a garantia dos direitos humanos e desenvolvimento social, retribuindo à sociedade seus investimentos.

**Palavra-chave:** Extensão universitária; sistema prisional; psicologia social.

### 1. INTRODUÇÃO

O programa de execução das alternativas penais no município de Pitanga faz parte dos projetos extensionistas da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), assim como seus profissionais e acadêmicos são bolsistas de extensão recebendo uma bolsa auxílio para atuação no projeto, o qual é custeado com recursos das Secretarias Estaduais, SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná) e a SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior). Destina-se a acompanhar

---

1 Graduada em psicologia, professora na Faculdade Campo Real e orientadora da equipe de psicologia no Patronato.

2 Mestranda em educação na linha de Educação, Cultura e Diversidade na Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. Graduada em Psicologia pela Faculdade Guairacá (2016). Psicóloga no Patronato Municipal de Pitanga. E-Mail: feer.soares@hotmail.com.

3 Graduada em psicologia, estagiária no Patronato Municipal de Pitanga.



e fiscalizar alternativas penais no regime aberto, para aqueles que cumprem penas de pequeno porte e não houve sentença, e também aqueles que foram sentenciados, passaram pelo regime fechado, semi-aberto e progrediram para o meio aberto em que ainda devem responder judicialmente a itens determinados pelo juiz da comarca correspondente.

A equipe de trabalho do referido programa é interdisciplinar, tendo em vista que é formada por acadêmicos e profissionais das áreas de direito, psicologia, pedagogia, serviço social e administração que executam atendimentos especializados nas referidas áreas, bem como atendimentos interdisciplinares, ou seja, a partir de discussões de caso e ações conjuntas. São atendidas ao todo 984 pessoas, entre as quais, uma parcela passou pelo sistema prisional e aqueles que cometeram um delito de pequeno porte e não passaram pelo cárcere. Ambos respondem em meio aberto à itens determinados pelo juiz em audiência e fiscalizados e acompanhados pela equipe. São ofertadas orientações jurídicas; apoio psicológico individual e grupal; encaminhamento para rede municipal de atendimento; orientações e encaminhamentos quanto a benefícios eventuais; encaminhamento para ensino normal e profissionalizante; também são realizadas visitas domiciliares quando necessário. Cada área do conhecimento se disponibiliza para auxiliar o assistido e sua família em suas necessidades, visto que, o estigma da pena traz prejuízos em todas as áreas de sua vida dificultando o pleno desenvolvimento que lhe é direito. O projeto exige também que os bolsistas realizem pesquisas, apresentem em eventos, e estejam constantemente alinhando teoria e prática, exercendo dessa forma, a práxis que é o pilar extensionista.

Neste sentido, Campani, Silva e Parente (2016), ressaltam que a Extensão Universitária possibilita um novo modelo de formação na instituição de ensino superior. Orientada para as questões sociais, a extensão se mostra como uma via de mão dupla, que conecta conhecimentos teóricos, práticos, culturais e cotidianos, que vão além dos muros da universidade, onde se torna possível “multiplicar e disseminar a vida universitária na sua forma única de lidar e operar



com o conhecimento científico, a extensão permite e torna possível a inclusão da sociedade no processo reflexivo da universidade” (CAMPANI, SILVA & PARENTE, 2016, p. 42). Uma formação universitária que passa pela experiência extensionista contribui para edificação e socialização de conhecimentos valiosos e em contínuo diálogo com as diversas esferas da sociedade, tornando possível assim uma reestruturação de saberes do saber científico (CAMPANI, SILVA & PARENTE, 2016).

De acordo com Campani, Silva e Parente (2016), a prática extensionista permite ao estudante situar-se no tempo presente e nas demandas de sua comunidade, oportunizando o aprendizado e a interação com o mundo contemporâneo e no tempo atual. Privilegia a formação profissional que vai além de aspectos unicamente técnicos, pois proporciona a experiência da realidade, onde seus atores são apresentados a desafios teórico-práticos a serem resolvidos. Neste contexto, a atuação das disciplinas e execução da ação extensionista se efetivam no projeto a partir de uma construção da prática orientada a partir da problematização das desigualdades sociais e de classes marginalizadas em que o sistema prisional faz parte, atuando de forma ética e preocupada com a garantia e efetivação dos direitos humanos.

## **2. METODOLOGIA**

O trabalho em questão se constitui de pesquisa bibliográfica, a partir de autores que problematizam a questão do sistema prisional e as consequências desta experiência na vida do sujeito; extensão universitária e atuação da psicologia neste contexto. Foram explanados dados referente a realidade do patronato municipal de Pitanga.

O Programa Patronato UNICENTRO – Incubadora de Direitos Sociais foi instituído pelo Termo de Convênio nº 07/2016, consoante a Lei Estadual nº 16.643/2010 que institui o programa de Extensão “Universidade Sem Fronteiras”, do Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais, e tem por objetivo



promover ações de inclusão social dos assistidos através do monitoramento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento das Alternativas Penais, cuja conceituação consiste em toda e qualquer forma de cumprimento de pena ou medida alternativa em meio aberto, segundo a Lei de Execução Penal nº 7.210/84 (LEP) e as diretrizes normativas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. (PARANÁ, 2013).

### 3. DESENVOLVIMENTO

A História da Extensão Universitária está relacionada ao surgimento das Universidades européias, caracterizando-se por campanhas voltadas para a saúde e assistência às populações menos favorecidas (ROCHA, 2002 *apud* CASTRO, 2004) e indicando uma ação pensada para redimir a Universidade do seu afastamento de determinados grupos sociais que não tinham acesso a ela.

Atualmente, no Brasil a extensão universitária é considerada um dos pilares do ensino superior, fomentando além da formação profissional e humanística, a transformação social (DESLANDES & ARANTES, 2017). Neste sentido, o trabalho do Psicólogo no Programa de Execução das Alternativas Penais no Município de Pitanga visa olhar para o sujeito como produto de uma sociedade, que a transforma e é transformado por ela, e que é afetado pelas desigualdades sociais. Das 968 pessoas registradas e assistidas pelo projeto desde 2013, a maior parte possui o ensino fundamental incompleto e renda até dois salários mínimo, ou seja, o público mais negligenciado pelo sistema social, que por vezes, não possui condições básicas de subsistência é que cumpre medida judicial, ou seja, se as condições de inclusão social, capacitação para inserção no mercado de trabalho já eram difíceis antes do delito, após o estigma de ex presidiário ou por estar respondendo a uma transação penal às dificuldades aumentam e a reincidência se torna um caminho provável. Desta forma, é possível pensar que há uma falha no sistema prisional, pois não cumpre com seus objetivos de punir e ressocializar, ele só alimenta o ciclo de



violência que o sujeito já está inserido, e ainda, funciona de forma seletiva, visto que só passam pelo "funil" do sistema judiciário pessoas pobres que já foram negligenciadas e marginalizadas pela sociedade.

Para isto, as atividades da equipe de psicologia consistem na realização de triagens; execução dos grupos de apoio, sendo o SAIBA relacionado ao uso pessoal de substâncias psicoativas e BLITZ a crimes de trânsito; além de orientações e escuta individual e qualificada para estes e outros crimes; desenvolvem também estudos sobre o sistema prisional e as possibilidade de atuação da psicologia neste contexto, assim como elaboração de artigos e resumos expandidos para submissão em revistas e apresentação em eventos.

Os ingressos no programa de execução e acompanhamento de alternativas penais são encaminhados pelas Varas Judiciais ao projeto e a partir de uma entrevista que consiste no primeiro contato individual, e tem como intuito levantar dados relativos aos aspectos familiares, psicológicos e seus projeto de vida futuro, e também, identificar a necessidade de encaminhamento para atendimento na Rede Municipal (postos de saúde, centros de Atenção Psicossocial, Alcoólicos Anônimos, entre outros) ou para a participação nos programas oferecidas pelo Patronato Municipal. Durante esta triagem é oferecido ao assistido orientações individuais caso ele sinta necessidade durante o cumprimento da pena, visto que a equipe estará o acompanhamento não somente na execução de itens impostos pelo juiz, mas no processo de ressocialização e elaboração das implicações da pena na vida deste sujeito, possibilitando apoio emocional e psicológico. O programa proporciona aos assistidos um espaço de escuta, acolhimento, reflexão e autoconhecimento, onde o indivíduo compartilha seus medos, angústias e experiências de vida, ambiente este que, por vezes, não é proporcionado em âmbito social.

Em relação aos grupos, são elaboradas temáticas gerais que visem o processo de ressocialização e integração social e familiar do indivíduo. Objetiva proporcionar espaços de reflexões sobre importantes aspectos da vida, como as relações de trabalho, família, saúde, cidadania, auto-estima, projetos futuros, as



implicações do uso de substâncias psicoativas na vida do sujeito, entre outros. Os grupos acontecem em um ciclo de 8 (oito) encontros, constituído por no mínimo 4 e no máximo 15 participantes.

Diante da realidade que se apresenta para àqueles que respondem ao poder judiciário, questiona-se a viabilidade de um sistema que tem por objetivo a prevenção, punição e posteriormente a ressocialização, mas que pune, oprime, e não prepara para se despir da cultura prisional, do antecedente criminal para uma nova vida que será baseada em um estigma. Picklee (2003) questiona o paradoxo aí presente, em que se castiga, causa-se sofrimento, utilizando disso para propor exemplos com o objetivo de evitar o crime. Há uma realidade cruel que não compreende requisitos básicos para preservação da dignidade humana, muito menos, evita reincidência e prepara o indivíduo para o convívio social e um trabalho digno sem que sua ficha seja baixada e instantaneamente passe a não preencher os requisitos básicos da empresa.

Frente a esta realidade permeada de estigmas e modificações psíquicas destes sujeitos após o cumprimento de suas penas, o trabalho desenvolvido pelo Patronato é fundamental para auxiliar na (re) adaptação do assistido. Este programa possibilita apoiar o egresso fornecendo suporte nas diversas áreas envolvidas para que ele reinicie sua vida com mínimo necessário para o resgate de sua autonomia e cidadania. Cabe a psicologia trabalhar no sentido da (re)tomada de subjetividade, contribuir para emergir um "sujeito de direitos" onde havia o "sujeito criminoso".

Neste sentido, Programas como o Patronato são investimentos em políticas públicas que desenvolvem trabalhos de direcionamento, conjuntural, estrutural e social. Para Haney, (2001), *apud*, BARRETO, (2006), as intervenções junto aos egressos devem acontecer de forma preventiva, buscando amenizar os fatores de risco da criminalidade auxiliando na diminuição da desigualdade social, no incentivo aos estudos e aumento das possibilidades de trabalho. Estas ações são buscadas em conjunto com equipe interdisciplinar do projeto, dando suporte ao assistido junto a reinserção social pós pena.





#### 4. CONCLUSÃO

Por meio do projeto de extensão - Patronato, é possível perceber que a extensão universitária é ação que compõe uma gama de atributos que qualificam o acadêmico, trata-se de um processo complexo que compreende a união de todos os conhecimentos teóricos disponibilizados por textos, livros, orientações entre outros recursos que a universidade dispõe, como também, da aplicação prática, ou seja, na amplificação da atividade intelectual preenchida por um discurso ideal para o real, o concreto. Não delimita-se a execução de uma atividade apenas, mas sim, a execução de uma ação dotada de sentido. O filósofo Marx, condensa essa ideia através do conceito intitulado por “práxis”, no projeto patronato se tem acesso direto ao público e a realidade em que estão inseridos através de triagens, ligações, atendimentos e orientações, como também visitas domiciliares.

Esta experiência possibilita comparar as teorias e interpretações filosóficas a respeito da vida, conforme as transformações sociais, políticas e culturais com as experiências relatadas pelos assistidos. Participar de um projeto de extensão como este é se despir de suas crenças e preconceitos para aceitar todas as diferenças como características singulares que constituem os sujeitos e que merecem toda atenção. É aprender todos os dias, pois não existem sujeitos estáticos, a cada experiências nos transformamos e assim modificamos nossa realidade. É aprender a trabalhar em equipe e compreender como a união qualifica e amplifica os a atuação e os resultados e estar disponível para as diversas realidades que se apresentam e se modificam constantemente.

#### REFERÊNCIAS

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Depois das grades: um reflexo da cultura prisional em indivíduos libertos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 26, n.



4, p. 582-593, Dec. 2006 . Available from  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000400006&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Jun 2018.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000400006>.

CAMPANI, Adriana; SILVA, Rejane Maria Gomes; PARENTE, Paulina Maria Mendes. A contribuição da extensão universitária para uma docência inovadora na universidade. In: IV Seminário Internacional Inclusão em Educação: Universidade e Participação, 2016, Rio de Janeiro, **Anais do IV Seminário Internacional Inclusão em Educação**, 2016, p. 36-45.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., Caxambu, 2004. Anais. Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: . Acesso em: 04 jun. 2018.

DESLANDES, Maria Sonia & ARANTES, Álisson Rabelo. **A extensão universitária como meio de transformação social e profissional**. Sinapse Múltipla, v. 6, n. 2, dez.,179-183, 2017. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsesmultipla/article/view/16489/12678>>. Acesso em 04 jun 2018.

PARANÁ. **Patronato Municipal**: municipalização das alternativas penais. Curitiba, 2013. Disponível em: <[http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha\\_patronato\\_SEJU\\_29.pdf](http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha_patronato_SEJU_29.pdf)>. Acesso em: 04 jun 2018.

PICKLER, Hilton Hubert. **O gerenciamento de crise no sistema penitenciário: gestão em rebeliões**. 79p. Monografia. Curso de PósGraduação Latu Sensu em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional, da Universidade Federal do Paraná. Joinville: 2003. Disponível em: <[http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia\\_hilton.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_hilton.pdf)>. Acesso em 04 jun 2018.